



Dossiê

República Popular da China

INFORMAÇÕES

POR CDH

O país

A República Popular da China tem uma história milenar que perpassa dezenas de dinastias, e, ao longo do processo histórico, foi se formando uma cultura complexa com laços muito fortes ao passado. É o terceiro maior país em extensão territorial, tendo uma superfície de 9.596.960 km² e em 2014 uma população estimada em 1.4 bilhões de habitantes. A história começa com uma civilização chinesa clássica, marcada por monarquias hereditárias, as denominadas dinastias. Seu começo foi com a Dinastia Xia e terminou esse ciclo com a queda da Dinastia Qing, em 1911. Logo após as dinastias, a República da China foi fundada no mesmo ano, e foi considerada assim até 1949, pós Segunda Guerra Mundial, marcando também o fim da Guerra Civil Chinesa, que deu espaço ao partido comunista para fundar a República Popular da China, como é conhecida hoje. O país faz parte de organizações internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Fundo Econômico da Ásia e do Pacífico (Apec) e da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual é membro-fundador desta desde 24 de outubro de 1945.

Demografia Religiosa

Por ser um país de grande extensão geográfica e pelo fato de muitas pessoas praticarem as suas religiões nas suas próprias casas, os dados quanto a demografia religiosa do país não são precisos. Porém, segundo o relatório de 2013 do próprio Conselho de Direitos Humanos, o governo chinês alegou que há mais de 100 milhões de religiosos no país, 360 mil cleros, 140 locais de adoração, 5,5 mil grupos religiosos. De acordo com várias pesquisas (que diferem dos dados oficiais do governo), 200 milhões de indivíduos são budistas, taoístas ou adoradores de deuses populares na China; entre 20 e 50 milhões são muçulmanos; aproximadamente 77 milhões são cristãos (68 milhões protestantes e 9 milhões católicos); e mais da metade da população chinesa não associada a um religião ou ateuista. Apesar da tamanha dificuldade de dados concretos, estima-se que a

maior religião quanto ao número de aderentes dentro da China seja o Budismo, seguida do Cristianismo e Islamismo respectivamente.

Os Direitos Humanos e a liberdade religiosa

A constituição chinesa afirma que os cidadãos têm a liberdade de crenças religiosas, mas limita a proteção de práticas religiosas para atividades religiosas "normais" (não definindo o que é normal), o que abre um espaço de interpretação neste caso. A constituição ainda assegura o direito de cidadãos acreditarem em um religião ou não. É uma prática comum ver o estado controlando e restringindo religiões e suas práticas quando veem as mesmas como potencialmente ameaçadoras ao estado ou aos interesses do Partido Comunista Chinês, incluindo estabilidade social. Casos extremos como tortura, abusos físicos, prisões e até mesmo assassinatos de aderentes religiosos registrados ou não pelo governo têm sido causados pelo mesmo segundo relatórios. Desta forma, o governo chinês se mostra inconsistente e confuso quanto à liberdade religiosa no país, pois ao mesmo tempo em que assegura na constituição este direito, ameaça e gera terror àqueles que tentam realizar reuniões religiosas no ambiente público.

